

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.792 - PR (2019/0299538-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : EVERTON DE SOUZA FERREIRA E OUTROS
ADVOGADOS : LÍVIA BALHESTERO MORGADO - PR043872
EVERTON DE SOUZA FERREIRA - PR041839
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido na Apelação Criminal n.º 1.744.257-2.

Consta dos autos que a Paciente foi condenada, em primeira instância, juntamente com corréu, pela prática da conduta tipificada no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 291 (duzentos e noventa e um) dias-multa, por ter em depósito "*1.080 (um quilo e oitenta gramas) da droga 'Cannabis sativa Lineu'*", sendo que a pena privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direitos (fls. 14-43).

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido pelo Tribunal de origem para "*(a) condenar a ré MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA pela prática do crime previsto no art. 35 da Lei n.º 11.343/2006 e (b) condenar o réu WAGNER RODRIGUES SANTANA pela prática do crime previsto no art. 35 da Lei n.º 11.343/2006 e art. 244-B da Lei n.º 8.069/90, readequando a pena de ambos os réus, nos termos do voto do Relator*" (fl. 78), nos termos da seguinte ementa (fls. 44-45):

"APELAÇÃO CRIME – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, POSSE DE ARMA DE FOTO E CORRUPÇÃO DE MENOR – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – RECURSO INTERPOSTO PELA ACUSAÇÃO – PLEITO DE RECONHECIMENTO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO INCISO VI, DO ART. 40 DA LEI DE DROGAS PARA O TRÁFICO DE DROGAS PELO QUAL FOI CONDENADA A RÉ MARIA FRANCISCA – NÃO CONHECIMENTO – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – CAUSA DE AUMENTO JÁ RECONHECIDA PELA SENTENÇA CONDENATÓRIA – PEDIDO DE CONDENAÇÃO DOS RÉUS PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

PARA O TRÁFICO – ACOLHIMENTO – PROVAS ROBUSTAS QUE INDICAM A ASSOCIAÇÃO DOS RÉUS E DE MENORES PARA A PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES – ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DEMONSTRADAS – SENTENÇA REFORMADA NESTE ASPECTO – PLEITO DE CONDENAÇÃO DA RÉ MARIA FRANCISCA PELA PRÁTICA DO CRIME DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM QUE ELA DETINHA CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DA ARMA E QUE DETINHA A POSSE COMPARTILHADA DO ARMAMENTO – ABSOLVIÇÃO MANTIDA – PEDIDO DE CONDENAÇÃO DE AMBOS OS RÉUS PELA PRÁTICA DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENOR – PARCIAL PROVIMENTO – DEMONSTRAÇÃO DE QUE APENAS O RÉU DETINHA A POSSE COMPARTILHADA DA ARMA COM O ADOLESCENTE – CONDENAÇÃO DO RÉU WAGNER – ALTERAÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA – READEQUAÇÃO DAS PENAS FINAIS DOS RÉUS EM RAZÃO DAS NOVAS CONDENAÇÕES – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO, A FIM DE CONDENAR A RÉ MARIA FRANCISCA PELA PRÁTICA DO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CONDENAR O RÉU WAGNER PELA PRÁTICA DO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENOR, COM READEQUAÇÃO DAS PENAS."

Neste *writ*, alega a Parte Impetrante, em suma, constrangimento ilegal pela fixação do regime inicial fechado. Aduz, para tanto que, "*a quantidade de droga apreendida, além de inexpressiva, não é critério idôneo para obstar o reconhecimento do tráfico privilegiado, tampouco para agravar o regime de cumprimento de pena*" (fl. 5).

Requer, liminarmente, a fixação do regime prisional semiaberto ou aberto até o julgamento final da presente impetração. No mérito, a fixação definitiva no regime semiaberto.

É o relatório inicial. Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, pois a Corte de origem, ao fixar o regime inicial para o cumprimento da reprimenda, consignou o seguinte (fl. 75; sem grifos no original):

Superior Tribunal de Justiça

"Tendo em vista a condenação da ré pelos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e de associação para o tráfico, levando em conta a regra do concurso material, sua pena final será equivalente a soma das penas fixadas para cada um dos delitos (art. 69 do Código Penal), pelo que a pena final será de 07 (sete) anos, 02 (dois) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, além de 1.166 (mil, cento e sessenta e seis) dias-multa.

Levando em conta que a pena imposta a ré é superior a quatro anos e que em cada um dos crimes ao menos uma circunstância judicial foi considerada como negativa (quantidade de droga), fixo o regime inicial fechado para cumprimento da pena.

Em razão do quantum da pena inviável se torna a substituição da reprimenda ou a aplicação de sursis, pois ausentes os requisitos previstos nos arts. 44 e 77 do Código Penal."

Com efeito, "[n]o tocante à fixação de regime inicial de cumprimento de pena menos gravoso, é assente a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido de admitir que, em se tratando de tráfico de entorpecentes, a quantidade e qualidade da droga apreendida sejam utilizadas como fundamento para a fixação do regime mais gravoso que o previsto para o quantum de pena aplicado" (AgRg no AREsp 1.423.931/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 06/05/2019).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que deverão vir acompanhadas da senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora